



----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA DE VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E DEZANOVE -----

----- ATA NÚMERO DEZASSEIS DE DOIS MIL E DEZANOVE -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, e em cumprimento de convocatória emanada nos termos do disposto na alínea b), no n.º 1, do artigo 12º do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Moura, no Salão da Casa do Povo em Amareleja, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Senhor Francisco Valadas Moreno Cerejo, coadjuvado pela Senhora Paula Cristina Barão Ramos e pela Senhora Maria José Machado Canal Gomes, respetivamente Primeira Secretária e Segunda Secretária em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças” (DOC.01/16), para além dos mencionados, os seguintes membros: -----

----- Maria do Céu Rato Santa Maria Gonçalves; João António Ramos Diniz; João Augusto Espadeiro Ramos; António Domingos Combadão Ramalho; Rui Miguel Costa Apolinário; Amílcar António Bengla Mourão; Antónia de Jesus Vilar Baião; António José dos Santos Gomes; Gabriel Gustavo Boto Ramos; Raquel do Carmo Gomes Martins; João Manuel Ezequiel Lopes Gomes; Mária de Fátima Limpo Rim Farinho; António José Gonçalves Monteiro; Isabel Francisca Barão Migas; Rui Manuel Ramalho Almeida; Francisco Correia Farinho; José Francisco Lúcio Galego; Rui Eduardo Palma Bebiano; Joaquim Mário da Silva Ferreira - Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja; António Limpo Montezo - Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de São Miguel; Bruno Miguel Valente Monteiro - Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça; Francisco Manuel Canudo Sena - Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador e Francisco José Gualdino de Almeida Candeias - Presidente da União de Freguesias de Safara e Santo Aleixo da Restauração. -----

----- A Câmara Municipal de Moura esteve representada pelo Senhor Presidente, Álvaro José Pato Azedo e pelos senhores vereadores Lurdes da Conceição Pé-Curto Balola; André Albino Linhas Roxas; José Francisco Calado Banha; Ana Maria Charrama Farinho e Manuel Martinho Franco Lavaredas Bio. -----



----- Às vinte e uma horas constatada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a sessão. -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes na sala e todos os Amarelejenses. Agradeceu ao senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, a disponibilidade e a cedência do Salão Nobre da Casa do Povo para a realização da Sessão da Assembleia Municipal descentralizada do respetivo mandato, acrescentando que esta já era prática comum e tinha como objetivo ir ter com as freguesias, de forma a que todos munícipes contribuíssem e participassem num processo democrático e participativo. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, no uso da palavra, deu as boas vindas a todos os membros da Assembleia Municipal de Moura, ao executivo da Câmara Municipal de Moura e a todo o público presente, afirmando ser uma honra receber o órgão deliberativo do Concelho de Moura na sua freguesia. Realçou que com a descentralização da Assembleia Municipal nas freguesias do concelho, todos os munícipes se poderiam envolver, informar e esclarecer sobre todos os trâmites a ser desenvolvidos. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que iriam passar ao período destinado à análise da correspondência recebida e considerada mais relevante. -----

----- O Senhor Presidente observando não haver mais inscrições, informou que passariam ao período de intervenção do público. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- O senhor Presidente informou que estavam abertas as inscrições para as intervenções do público. -----

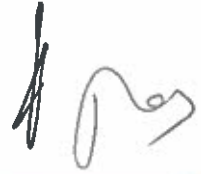
----- A chefe da DEHDS (Divisão de Educação, Habitação e Desenvolvimento Social), Marina Figueiredo, após cumprimentar todos os presentes e fazer uma breve apresentação do projeto PESIM (Plano Educativo para o Sucesso e Inovação em Moura) que a Câmara Municipal estava a dinamizar, informou que assistiam à sessão



da Assembleia Municipal alguns representantes da Assembleia Infantil, os quais também já tinham estado em reunião de câmara, e que o objetivo da sua presença ia no sentido de estes perceberem como as reuniões e sessões eram estruturadas a nível local para se tomarem decisões, bem como para eles próprios tomarem mais consciência, ficando mais capacitados para se tornarem cidadãos adultos e responsáveis, uma vez que o trabalho que estava a ser efetuado era ao nível da educação para a cidadania. Em virtude da Assembleia Infantil, no respectivo ano letivo, estar a laborar as questões da igualdade de oportunidades, explicou que mensalmente eram realizadas sessões em cada uma das escolas do concelho, onde eram dinamizados e criados jogos lúcidos e educativos, que posteriormente ficariam como recursos pedagógicos para os próximos anos letivos. Para finalizar, mencionou ainda que trimestralmente era realizada uma assembleia onde todos os representantes debatiam os problemas ao nível das escolas e ao nível da comunidade, eram apresentadas propostas de intervenção e realizavam a gestão de um orçamento participativo, o qual no ano em causa, tinha por opção canalizá-lo para uma atividade do Dia da Criança para que todas as crianças pudessem usufruir da mesma. -----

----- Seguidamente e tal como a coordenadora do projeto já havia explicitado, as Técnicas do projecto PESIM, Sara Mira e Marta Bule, comunicaram que estavam a desenvolver em sala de aula sessões com todos os alunos, dos quais vinte estavam a desenvolver as sessões da Assembleia Infantil, ou seja, dois representantes de cada turma de 3º e 4º ano letivo do concelho estavam a debater o tema da igualdade de género, bem como a desigualdade salarial entre géneros. Para se perceber melhor o que se debatia em sala, passou a palavra a dois dos representantes da Assembleia Infantil, Leonor Finha da Escola do Sete-e-Meio e Gabriel Pimpão da Escola do Bairro 25 de abril, os quais comunicaram que um dos temas debatidos em sala era a diferença salarial entre mulheres e homens, pois apesar de ambos laborarem a mesma coisa, os homens tinham um salário mais elevado, devido ao número de homens a trabalhar ser inferior ao número de mulheres, existindo assim uma diferença. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia agradeceu a participação dos representantes da Assembleia Infantil, esperando assim que futuramente as sessões



da Assembleia tivessem maior participação fase aos projetos de cidadania, política e democracia. -----

----- Iniciou a sua intervenção o munícipe Carlos Tereno cumprimentando todos os presentes e informando que a sua participação tinha por base os problemas existentes com o abastecimento de água, embora estes tivessem melhorado com a sua passagem para a empresa AgdA (Águas Públicas do Alentejo). Prosseguindo, referiu que com a construção da Central Fotovoltaica em dois mil e nove, investiu num projeto de microprodução em que teve que adquirir um termossifão, mas devido a habitar numa cota mais elevada da localidade, tornava-se mais complicado o seu abastecimento. Embora os problemas apenas se tenham iniciado em setembro do ano findo, após uma intervenção na Rua da Igreja, em que se procurou reforçar o abastecimento da Rua do Pocinho através da conduta de abastecimento da Rua das Cancelinhas, a mesma ficou fragilizada, o que comprometeu o serviço de abastecimento à sua habitação deixando de usufruir do termossifão cerca de quatro a cinco meses por ano. Continuando, mencionou ter feito uma reclamação à autarquia através do correio electrónico geral da câmara com conhecimento à Junta de Freguesia de Amareleja, a qual, de acordo com o regulamento, tinha que lhe ter dada uma resposta no prazo de vinte e dois dias, os quais terminaram a trinta e um de dezembro e até à data, a autarquia não lhe tinha respondido, pelo que gostaria que o senhor Presidente da Câmara lhe desse uma resposta ao seu problema, visto não usufruir do equipamento de energias alternativas que possuía na sua habitação. -----

----- O senhor Presidente da Câmara após saudar todos os presentes e em especial os representantes da Assembleia Infantil informou que no âmbito do atendimento que efetuava ao munícipe, a partir de maio as ações de atendimento passariam a ser descentralizadas, em todas as freguesias do concelho, nas quais se faria acompanhar dos chefes de divisão e estariam presentes os presidentes de junta, de forma a evitar que os munícipes se deslocassem a Moura, acrescentando que as ações de atendimento iriam ser calendarizadas e realizadas nos edifícios das Juntas de Freguesia. Relativamente à questão colocada pelo munícipe Carlos Tereno comunicou que foram efetuadas medições na rede de água e que os dados obtidos não



demonstravam a ausência de pressão, mas iriam ser agendadas novas medições e nova avaliação da situação. Considerando que a rede de abastecimento de água de Amareleja necessitava de uma intervenção de fundo e após resolver-se o problema do abastecimento da freguesia, abastecimento esse que passou a ser efetuado através da Fonte da Telha, acrescentou-se o problema do calcário ao qual os habitantes daquela freguesia não estavam habituados, no entanto em conversação com a AgdA, tentou-se que a mesma investisse na instalação de descalcificadores permitindo a redução da dureza da água. Terminou dizendo que o equipamento já produzia efeitos, uma vez que já se verificava essa redução, minimizando assim o transtorno causado. -----

----- Não se verificando mais intervenções do público, o senhor Presidente prosseguiu com os trabalhos e informou que iriam passar ao período antes da ordem do dia. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- Em nome dos eleitos da CDU, o eleito Gabriel Ramos iniciou a sua intervenção saudando todos os presentes, em especial o presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, bem como o povo daquela freguesia pelo papel que deve no 25 de abril, por ser um povo que mantinha o seu cunho naquilo que foram as conquistas de abril e naquilo que eram as conquistas revolucionárias resultantes do 25 de abril. Congratulou a Mesa da Assembleia pela descentralização das sessões da Assembleia Municipal, a qual era um cunho da marca da CDU pelo facto de no anterior mandato se ter iniciado o realizar com frequência a descentralização das reuniões com o objetivo de levar até às freguesias e aos munícipes do concelho o trabalho autárquico e o papel dos eleitos nas Assembleias Municipais. Para concluir e sobre a questão do calcário, salientou que tal como a freguesia de Amareleja, Moura e Sobral da Adiça também padeciam com o problema da dureza da água. -----

----- No uso da palavra, o eleito Rui Apolinário cumprimentou todos os presentes e em especial os representantes da Assembleia Infantil do projeto PESIM. Em nome da bancada do Partido Socialista realçou a preponderância e a importância da



descentralização de eventos daquela natureza, frisando não se tratar de um cunho de nenhum partido, mas sim do papel diligente e próximo de quem quer que fosse o presidente da mesa da Assembleia Municipal, o qual deveria manter sempre uma certa equidistância em relação às questões partidárias quanto estava investido dessas funções. Finalizou louvando o presidente da Assembleia Municipal pela iniciativa que teve, tal como presidentes de outros partidos tiveram, na descentralização da Assembleia Municipal. -----

----- Não se verificando mais intervenções, o Senhor Presidente prosseguiu com os trabalhos e informou que iriam passar à ordem do dia. -----

----- ORDEM DO DIA -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao primeiro ponto da ordem do dia. -----

----- **1. Apreciação e votação da Ata N.º 14/2019 da Assembleia Municipal, Sessão Ordinária, realizada em 22 de fevereiro. (DOC.02/16)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- No que dizia respeito ao documento em apreciação, o eleito João Ramos propôs que o mesmo fosse retirado da ordem do dia e agendado para a próxima sessão ordinária da Assembleia Municipal, uma vez que existia uma questão que necessitava de ser clarificada, numa das suas intervenções. -----

----- No uso da palavra, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que caso todos os membros da Assembleia Municipal estivessem de acordo, o documento seria retirado da ordem do dia e agendado para a próxima sessão da Assembleia Municipal, após auscultação da gravação. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam à votação. -----



----- **Deliberado**, por unanimidade, com vinte e seis votos a favor, **retirar** a ata n.º 14/2019 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte e dois de fevereiro, para possível retificação, após audição, a pedido do eleito João Augusto Espadeiro Ramos. -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. -----

----- **2. Apreciação e votação da Ata N.º 15/2019 da Assembleia Municipal, Sessão Extraordinária, realizada em 28 de março. (DOC.03/16)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- **Deliberado**, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções, **aprovar** a ata n.º 15/2019 - Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, realizada em vinte e oito de março. -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. -----

----- **3. Apreciação da Informação do Exmo. Sr.º Presidente da Câmara Municipal de Moura, acerca da atividade Municipal, bem como da situação financeira do Município e discussão e fiscalização da atividade da Câmara Municipal de Moura, respetivamente nos termos do disposto na alínea c) do n.º 3, do artigo 35º e no n.º 1, do artigo 36º, do Regimento da Assembleia Municipal de Moura. (DOC.04/16)** -----

----- Foi presente informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade da Câmara Municipal, desenvolvida no período compreendido entre o dia dezasseis de fevereiro de dois mil e dezanove, e o dia quinze de abril de dois mil e dezanove. -----



-----O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- Relativamente ao ponto em discussão, o eleito Gabriel Ramos e os eleitos da CDU congratularam a autarquia pela realização da Reabilitação da Torre do Relógio em Amareleja, a qual era projeto da CDU, ressaltando que a única intervenção efetuada na freguesia de Amareleja era deixada pela CDU, uma vez que estavam perante um cenário de anos perdidos com a gestão do Partido Socialista na autarquia. Seguidamente e para finalizar, questionou o senhor Presidente da Câmara se já existiam algumas informações que pudessem ser do conhecimento dos eleitos sobre a piscina biológica e qual o ponto de situação sobre a Zona Industrial de Amareleja.-----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, manifestou a proximidade que existia entre a junta e a autarquia, realçando que a mesma sempre se disponibilizou para colaborar com a respetiva junta de freguesia. Sobre a BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) frisou ser uma janela aberta para o mundo em termos de atividade turística, onde o concelho poderia mostrar o que de melhor tinha para oferecer. Observando existir um posto de turismo em Amareleja, propôs uma reunião ao senhor Presidente da Câmara para que futuramente se colocasse o respetivo posto ao serviço das freguesias e do concelho, bem como a sua presença em futuros eventos. Por último, tornou a questionar em que ponto se encontrava a situação da Zona Industrial de Amareleja. -----

----- Face ao documento em apreço e devido ao estado em que se encontravam os arruamentos de Santo Amador, sendo que nalguns casos o seu estado de degradação era avançado, o eleito João Ramos perguntou qual o ponto de situação e para quando a sua resolução. -----

----- Relativamente às questões colocadas pelo eleito Gabriel Ramos e à reabilitação da Torre do Relógio, o senhor Presidente da Câmara mencionou que em reunião com os representantes da Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Amareleja e com o presidente da Junta de Freguesia, realizada no dia vinte e cinco de janeiro do presente ano, foi proposto a realização de um projeto de iluminação da própria torre, o qual foi aprovado em reunião de Câmara no passado dia treze de



março, no montante de dezasseis mil, seiscentos e vinte e sete euros, estando o mesmo a ser elaborado pelo projetista da Torre do Relógio. Explicitou que apenas se estava a aguardar pela proposta do projetista para que os trabalhos, quer da zona da cobertura, quer da iluminação fossem efetuados em simultâneo, uma vez que a intervenção tinha como objetivo fechar as estruturas superiores do edifício, evitando as infiltrações e a entrada de pombos. Continuando, informou que o processo teve início em dois mil e oito, de acordo com uma deliberação do executivo da autarquia, de dia vinte e cinco de maio, em que se pressupunha um acordo entre a Câmara e a Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Amareleja numa cedência do espaço, por um período de trinta anos, mas o que havia sido registado não foi o acordado entre ambas as partes, pois existiam dois protocolos entre a autarquia e a Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Amareleja assinados por representantes diferentes, um datado de sete de abril de dois mil e quinze, o qual se encontrava registado na conservatória de Moura e o qual a autarquia teria que cumprir com a Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Amareleja, e outro datado de cinco de agosto de dois mil e dezasseis. Seguidamente, especificou que o tempo de direito de superfície mencionado nas cláusulas de ambos os acordos era diferente, tal como também estava referenciada a necessidade de se definir quais as iniciativas a realizar no edifício em causa, uma vez que tinha que haver concordância por parte da diocese de Beja para a sua realização, acrescentando que para se colocar a Torre do Relógio ao serviço da população de Amareleja, foi solicitado à Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Amareleja que transmitisse quais as iniciativas que, do ponto de vista formal, se poderiam realizar na Torre, de modo a gerir-se o equipamento até perfazer os doze anos previstos no acordo, ou seja, até dois mil e vinte e oito, equipamento esse que apesar de estar na posse do município de Moura, o mesmo não era da autarquia. Prosseguindo e no que tocava ao assunto da piscina biológica, clarificou que era da responsabilidade da Junta de Freguesia de Amareleja, a Câmara Municipal apenas apoiava e acompanhava de perto o trabalho da junta. No que dizia respeito à Zona Industrial de Amareleja, transmitiu não ser possível executar o projeto inicial, mas existia um compromisso por parte da autarquia em executar a fase um da respetiva



Zona Industrial, no montante de cerca de um milhão de euros, adaptada às necessidades que de momento existiam, infra-estruturando e criando-se um conjunto de lotes que satisfizessem as necessidades imediatas da vila de Amareleja. Tal como o senhor Presidente da Junta de Amareleja afirmou sobre a proximidade que existia entre a Câmara e a referida junta, sublinhou que a proximidade não era apenas com uma junta de freguesia, mas sim com todas as juntas de freguesia do concelho, pois no início do mandato criou-se um Gabinete de Apoio às Freguesias de modo a acompanhar de perto tudo aquilo que havia sido contratualizado com as juntas no sentido de prestar apoio, fazendo de forma mais célere, a ponte entre os serviços da autarquia e os serviços das juntas, bem como acompanhar tudo o que era matéria delegada nas juntas de freguesia. Continuando e sobre os caminhos, lembrou que não se estava a avançar tão rapidamente como a autarquia desejava, mas em todas as freguesias se estavam a reparar e a efetuar caminhos, os quais tinham sido sinalizados pelos presidentes de Juntas de Freguesia. Sobre o Baldio das Ferrarias informou que foi efetuado o levantamento das construções e estava-se a laborar para que as mesmas fossem legalizadas. Quanto ao Largo do Regato, apenas se aguardava pela entrega do Plano de Segurança e Saúde da empresa que iria realizar os trabalhos, para posteriormente a própria dar início aos trabalhos de regularização do pavimento do respetivo largo. Sobre a questão colocada pelo eleito João Ramos, mencionou ser uma questão que necessitava do apoio das freguesias e dado que a autarquia apenas tinha cinco funcionários para o serviço de repavimentação dos arruamentos, e uma vez que não se conseguia ser tão célere quanto o desejariam, no que dizia respeito ao assunto informou que a União de Freguesias de Moura e Santo Amador comprometeu-se em levantar massa fria para minimizar os problemas existentes naquela freguesia. -

----- O vereador Manuel Bio interveio para informar que a estratégia em termos de Turismo da Câmara Municipal de Moura estava bem definida e quando esta participava num determinado evento, como a BTL tinha sempre um evento particular que promovia, como foi o caso da Contenda-Natur no corrente ano e no ano findo "Moura – Mãe Terra do Azeite do Alentejo", pois a sua perspetiva era promover o concelho como um todo, sem se olhar especificamente para uma única freguesia, acrescentando que



quando chegasse à altura de promover os percursos pedestres existentes no concelho, o percurso definido na Amareleja, bem como os todos os outros, iriam ser promovidos na BTL, bem como qualquer outro evento que as freguesias quisessem promover em particular, quer fosse na BTL, quer fosse noutra feira em que a Câmara estivesse presente. Relativamente à Torre do Relógio, reportou que nos últimos anos aquilo que a CDU fez foi andar em conflito com a população daquela freguesia, deixando o projeto da referida torre com dificuldades para que o atual executivo terminasse. Para concluir, esclareceu não ser possível lançar o projeto nem iniciar a construção da Zona Industrial de Amareleja quando ainda faltava adquirir um terço dos terrenos onde a mesma iria ficar localizada. -----

----- Usou novamente da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal para comunicar que no dia vinte e nove de junho a autarquia iria levar Moura à Casa do Alentejo, sendo uma oportunidade para as Juntas de Freguesia que quisessem colaborar e participar no evento, se organizassem com a Câmara de modo a acrescentarem valor àquela iniciativa. -----

----- Relativamente a Santo Amador, o senhor Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, defendia que deveria tornar a ser freguesia e tinha consciência que se definhava todos os dias, pois a população era envelhecida e existiam poucas crianças, mas considerava ser uma das melhores zonas para a instalação de uma Zona Industrial uma vez que possuía um espaço, propriedade exclusiva da autarquia, estando próximo de uma excelente via de comunicação. Solicitou que a autarquia começasse a pensar na fase zero no âmbito do desenvolvimento, pois o local tinha indubitavelmente, das melhores condições no âmbito da área territorial, não apenas para Santo Amador mas para o concelho, o qual poderia vir a ser o pontapé de saída para evitar que a população daquela freguesia definhasse. Retomando, aludiu que, tal como todas as freguesias, estava disponível a colaborar com todas as entidades e em primeira instância com a Câmara Municipal e como dever da União de Freguesias da qual era presidente assumiu a responsabilidade de resolver a situação dos arruamentos de Santo Amador, mas expressou que apesar de se minimizarem os problemas existentes nos arruamentos,



todas as zonas asfaltadas teriam que ser totalmente recuperadas. No que dizia respeito aos caminhos rurais, transmitiu que todos os caminhos das restantes freguesias do concelho eram tão importantes quanto os caminhos das freguesias sob a sua alçada, mas os caminhos nas três freguesias, para os quais se solicitava apenas a sua reparação, serviam pessoas e devido ao seu estado de degradação tornava-se impossível os bombeiros chegarem ao local para assistirem quem quer que fosse, pelo que pedia que os mesmos passassem a constar da prioridade de reparação. -----

----- Relativamente às tomadas de posições acerca do documento em discussão e após a intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias de Moura e Santo Amador sobre a instalação da Zona Industrial em Santo Amador, o eleito Gabriel Ramos transmitiu que a fase zero já tinha arrancado, uma vez que a Câmara Municipal já tinha um plano de pormenor realizado. Prosseguindo e quanto à promoção do Concelho de Moura na BTL, disse que no mandato transato houve um grande evento do município na BTL, promovido pela Câmara Municipal e pela Comoiprel, que foi o Festival do Peixe do Rio e do Pão, tal como houve iniciativas na Casa do Alentejo onde empresas locais promoveram os seus produtos, bandas filarmónicas, grupos corais, foram colocadas bancas de rua à porta da Casa do Alentejo para que os turistas provassem os produtos do concelho de Moura, pelo que se estava a criar um mito ao dizer-se que no mandato anterior nunca se trabalhou a nível da promoção do município, o que não correspondia à verdade, mas em dois anos de mandato do Partido Socialista o que se estava a criar era a questão da realidade virtual. Sobre a valorização do Concelho e da sua promoção, frisou que o concelho tinha que continuar a estar presente na BTL e continuar a ir à Casa do Alentejo promover aquilo que de melhor se fazia em quantidade e qualidade no Concelho de Moura. No que dizia respeito à questão das transferências e da relação de proximidade que existia entre a autarquia e as Juntas de Freguesia, declarou que apesar de não existir dívida para com as juntas, as mesmas passaram a receber menos quarenta por cento do que recebiam no anterior mandato. -----

----- O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Amareleja, usou novamente da palavra para clarificar que a Piscina Biológica de uso público, era um projeto da Junta,



o qual ultimamente vinha sendo acompanhado pela Câmara Municipal, informando todos os presentes, que a Junta tinha voltado a submeter a candidatura da respetiva piscina. -----

----- Face à atividade, ao legado, ao papel e aos projetos que a CDU deixou no Concelho de Moura, nomeadamente na freguesia de Amareleja, o eleito João Ramos no uso da palavra referiu terem sido três os projetos abordados pelo Partido Socialista para aquela freguesia, nomeadamente a Piscina Biológica, que era um projeto da Junta de Freguesia, a Zona Industrial e a Torre do Relógio. Sobre o projeto da Torre do Relógio indicou que o senhor Presidente da Câmara entrava em contradição, pelo que não percebia se desvalorizava ou não o projeto da intervenção, a qual foi iniciada e decidida e que embora de momento pudesse ter problemas no imediato para se resolverem, a requalificação do edifício foi executada, porque no mandato transato, o executivo da CDU tomou a decisão de requalificar aquele importante espaço na vila de Amareleja. Seguidamente enumerou algumas das intervenções e obras mais significativas concretizadas pelos executivos da CDU na Freguesia de Amareleja durante os vinte anos em que geriu a autarquia, nomeadamente, parque infantil, pavimentação de arruamentos, a biblioteca, ludoteca, a Escola Básica de Amareleja, Pavilhão das Cancelinhas, Casa Mortuária, referindo que a postura do executivo CDU nunca foi extrema, sem promover conflitos e aproveitamento político dos acontecimentos, frisando ser essa a marca da CDU na Freguesia de Amareleja. -----

----- De acordo com a intervenção efetuada pelo senhor Presidente da Câmara acerca da Torre do Relógio, o eleito Rui Apolinário requereu, em nome da bancada do Partido Socialista, ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que através da mesa fosse solicitado à Câmara Municipal de Moura o envio de toda a documentação referente aos protocolos, datados de dois mil e quinze e de dois mil e dezasseis, assinados entre a Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Amareleja e a Câmara Municipal de Moura, uma vez que a dúvida se colocava devido ao presidente cessante ter escrito e feito publicar no jornal "A Planície", um artigo assinado por si em que dizia que a assinatura do protocolo tinha sido em abril de dois mil e quinze sublinhou que por uma questão de rigor, a população de Amareleja merecia saber o que a autarquia



negociou, em seu nome, com a respetiva comissão, ou seja, qual o prazo de direito de superfície e quem era a/o usufrutuária/o da Torre do Relógio, se a Comissão Fabriqueira ou a Câmara Municipal. Relativamente àquilo que vinha sendo dito pelos colegas da CDU e que era apanágio da mesma, alegou existir duas frases às quais se teriam que habituar a ouvir com alguma acutilância nos próximos tempos as quais eram, o cenário dos anos perdidos e a realidade virtual. Para que ficasse registado, disse que o melhor elogio que poderiam fazer a um ano e alguns meses de atuação do atual executivo, eram as críticas vindas da CDU, pelo que gostaria de saber se as medidas de cariz social, nomeadamente a implementação do apoio à natalidade, a oferta de manuais escolares, a rede solidária para o medicamento (ABEM) e o prato quente, eram realidade virtual ou não, salientando que foram essas medidas que não mereceram a aprovação por parte da CDU e as quais a mesma não acompanhou o Partido Socialista em medidas que faziam parte do programa eleitoral do Presidente da Câmara Municipal em funções e que no primeiro ano de mandato já se encontravam implementadas no terreno. -----

----- De acordo com as afirmações do eleito Rui Apolinário, o senhor Presidente da Câmara disse que o executivo decidiu implementar as medidas sociais desde o início do mandato e que, tal como na Amareleja, existia população de todo o concelho a usufruir das respetivas medidas. Tal como já havido mencionado anteriormente, no que tocava ao assunto da Torre do Relógio, tomou a frisar que aquilo que estava a ser negociado com a Comissão Fabriqueira da Igreja Paroquial de Amareleja eram as iniciativas que se poderiam realizar no edifício, uma vez que o estipulado nos dois protocolos era diferente, informando ainda que foi solicitado parecer jurídico de modo a clarificar a situação e caso pretendessem, a autarquia estava disponível para facultar cópia do mesmo. Sobre a questão da água, a Amareleja era prioridade, tal como o projeto da rede de águas em Safara que não existia até à data, dado que não existia financiamento para a restante rede de água em baixa, mas reportou que todos os concelhos do distrito de Beja estavam em negociação para se arranjar uma solução sobre a gestão da rede de água em baixa e na hora de se tomar uma decisão, o executivo iria assumir a responsabilidade, sendo posteriormente o assunto discutido



em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, relativamente àquilo que representaria o melhor para o Concelho de Moura e não aquilo que politicamente poderia ser o melhor, pois o que movia o executivo eram os interesses do concelho e não os interesses dos partidos políticos. -----

----- Em virtude de se ter abortado a questão da realidade virtual e de o eleito Gabriel Ramos ter novamente referido a questão das transferências para as freguesias, o eleito António Gomes observou que a verdade estava explanada e poderia ser auditada, pois em dois mil e dezasseis entre transferências de capital e correntes da Câmara para as Juntas de Freguesia, foram transferidos mais de trezentos mil euros, em dois mil e dezassete esse valor atingiu os trezentos e setenta e seis mil euros e em dois mil e dezoito, e tal como se poderia verificar nas contas apresentadas, o valor transferido foi de quatrocentos e vinte mil euros, o que comprovava que as juntas receberam muito mais do que nos anos anteriores, constatando-se assim a realidade real, autêntica e indesmentível. -----

----- O Senhor Presidente informou que os trabalhos iriam ser interrompidos por um período de cinco minutos. -----

----- Após a interrupção dos trabalhos o Senhor Presidente deu seguimento à sessão. -----

----- O eleito Francisco Farinho, no uso da palavra, referiu que o desenvolvimento do concelho não se efetuava com os apoios que a autarquia oferecia à população, mas sim com a realização de obras. -----

----- Seguidamente, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça, solicitou ao senhor Presidente da Câmara que elencasse o que estava previsto para a sua freguesia e que fosse esclarecido relativamente a algumas questões, nomeadamente sobre a Ribeira da Perna Seca e uma vez que a empresa ainda não tinha iniciado o processo, perguntou para quando a sua limpeza e se a autarquia iria prestar apoio para a construção das casas de banho. No que dizia respeito aos caminhos rurais, salientou que os mesmos precisavam de intervenção urgente. Para finalizar e sendo a rede de águas de Amareleja prioritária, perguntou qual era a prioridade da restante rede de águas, nomeadamente em Sobral da Adiça. -----



----- Tendo conhecimento de que em Santo Amador apenas existia uma oficina de serralheiro, o senhor Presidente da União de Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador disse ser uma questão de visão estratégica relativamente áquilo que deveria ser uma Zona Industrial, pois não servia apenas para localizar os empresários do Concelho, servia acima de tudo para deslocar empresários fora da área do concelho. Para concluir, reiterou o pedido de reparação dos caminhos rurais nas suas freguesias sendo que era a altura indicada para se realizarem os trabalhos necessários. -----

----- No uso da palavra, o eleito João Ramos aludiu que o senhor Presidente da Câmara contradizia as próprias informações prestadas anteriormente, quer sobre a Torre do Relógio de Amareleja, quer sobre as intervenções e investimentos na substituição do fornecimento de água naquela freguesia. -----

----- Ainda relativamente à questão da água, o senhor Presidente da Câmara frisou que foi o executivo em funções que, junto da AgdA (Águas Públicas do Alentejo), resolveu o problema do calcário, através da instalação de descalcificadores, problema esse que muito afetava a população de Amareleja. No que tocava à Torre do Relógio e independentemente de haver dois protocolos, reportou que o assunto estava resolvido, apenas se aguardava que fosse comunicado à autarquia que tipo de eventos se poderiam realizar na respetiva torre, acrescentando que se iria resolver o problema das infiltrações e concretizar o projeto de iluminação. Continuando, informou que Santo Amador não era solução para a instalação de uma Zona Industrial, uma vez que Moura tinha todas as condições para que as empresas se pudessem instalar, no entanto era prioridade a esse nível em Amareleja, devido a existir um conjunto de empresas que estava em situação ilegal. Sobre o assunto dos caminhos rurais existia um calendário e de acordo com o mesmo, os próximos caminhos que iriam ser reparados seriam os da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, tentando-se ser o mais célere possível de maneira a resolverem-se todos os problemas existentes, frisando que o caminho de Fernão Teles, em Sobral da Adiça, era uma prioridade para o executivo e que até final do mandato iria ser totalmente reabilitado. Indo de encontro às questões colocadas pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sobral da Adiça e no que tocava à



construção das casas de banho, a autarquia aguardava que lhe fosse enviado o projeto e a questão da titularidade do equipamento, para que posteriormente se verificasse como poderia contribuir, de modo a executar-se. Tal como havia referido anteriormente, tornou a salientar que a prioridade da rede de águas em baixa era a freguesia de Amareleja. Para finalizar e a respeito da Ribeira da Perna Seca, informou que era um problema que necessitava de ser resolvido de qualquer forma, dado que não se obteve resposta por parte das empresas consultadas para que se pudesse efetuar o serviço. -

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. -----

----- **4. Apreciação do Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e votação dos documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2018, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 14º, do Regimento da Assembleia Municipal de Moura. (DOC.05/16)** -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- O eleito Gabriel Ramos, em nome da bancada da CDU, apresentou a seguinte declaração, a qual passou a citar: **(DOC. 06/16)** -----

----- ***“Assembleia Municipal de Moura*** -----

----- ***Mandato 2017-2021*** -----

----- ***Declaração*** -----

----- ***2018 UM ANO PERDIDO*** -----

----- *Aquando da discussão da proposta de Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2019, os vereadores eleitos pela CDU apresentaram uma Declaração com um conjunto de observações críticas sobre os documentos em causa, sublinhando-se a ausência de uma visão estratégica para o concelho e que “a montanha tinha parido um rato”. Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal acompanham esse registo e essa visão.* -----



----- Analisado agora o Relatório de Contas são ainda mais fortes as razões da CDU para referir que estamos perante uma gestão de vistas curtas, e que 2018 foi um ano perdido para o concelho de Moura. -----

----- Tal como foi dito, por opção política do Partido Socialista no governo e no município, este viu-se privado de cerca de um milhão e quatrocentos mil euros de participação nos impostos do Estado. -----

----- Sobre as despesas correntes, o PS que no anterior mandato defendia uma redução de 10% neste tipo de despesa, teve em termos de execução um aumento de 7,7%, acompanhada de uma redução nas despesas de capital (que representaria investimento para o futuro) de 34%. Em 2018 pela primeira vez as despesas correntes ultrapassaram os 80% do total da despesa. Projetos importantes para o concelho ou foram adiados ou foram abandonados. -----

----- As Juntas de Freguesia tiveram um corte de 40% nos acordos de execução. As transferências de capital também registaram uma diminuição significativa. -----

----- O setor das águas e do saneamento foi totalmente esquecido em termos de intervenções concretas, e registou-se um aumento significativo da dívida à empresa Águas Públicas do Alentejo, Lda. que ultrapassou o milhão e setecentos mil euros, contra o milhão e cem mil euros reportado na Prestação de Contas Intercalar em 31/10/2017. A área da eficiência energética não mereceu qualquer intervenção. -----

----- No entender dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal é da responsabilidade dos órgãos autárquicos estar atentos às dinâmicas existentes no espaço concelhio, quer sejam elas de índole económica, social ou cultural. -----

----- A inércia instalada associada a políticas nacionais claramente desfavoráveis para o interior favorece o despovoamento do concelho, aumentando a sua diáspora e agrava as condições sociais daqueles que por cá ficam. -----

----- O governo PS vende a ideia de uma crise vencida, vende a ideia de um olhar diferente para o interior, mas o que é facto é que pouco ou nada dessa propaganda se traduz na melhoria de vida das pessoas. O PS local acompanha este estilo político. Na última campanha eleitoral, criou expectativas elevadíssimas na população do concelho. Criou uma imagem de um admirável mundo novo e de uma nova gestão



para o concelho em sentido contrário daquilo que era a gestão da CDU. Agora, que está no poder, imita o PS nacional, numa estratégia de propaganda rápida e de criação de uma "realidade virtual" que assegure a sua sobrevivência política. -----

----- O concelho de Moura merece claramente mais! -----

----- Os eleitos da CDU na Assembleia Municipal têm mantido e vão continuar a desenvolver uma atividade intensa no combate a esta inércia do executivo PS, fazendo uma oposição construtiva e intransigente. -----

----- Construtiva, porque alerta para esta falta de visão estratégica e para as consequências que já se observam na realidade concelhia. -----

----- Intransigente, porque não abdica da defesa inflexível da melhoria da qualidade de vida dos habitantes do concelho. -----

----- Amareleja, 29 de abril de 2019 -----

----- Os eleitos pela CDU na Assembleia Municipal de Moura". -----

Face ao documento em apreço e dado que a Câmara era gerida com dívidas, o Vereador José Banha, no uso da palavra informou que a dívida da autarquia rondava os sete milhões de euros, dos quais cinco milhões eram dívidas a médio e longo prazo e dois milhões de euros eram dívidas a curto prazo, as quais tinham que ser pagas no próprio ano, embora o problema da autarquia fosse a tesouraria que se encontrava a zero, o que gerava uma grande pressão, não permitindo efetuar mais empréstimos, apesar de as contas afirmarem que a capacidade de endividamento da Câmara era de dois milhões e oitocentos mil euros. Prosseguindo, disse que no final do ano findo apesar de se ter amortizado e não se terem executado mais empréstimos à banca, a margem de endividamento aumentou, considerando-se uma mais-valia para o andamento da Câmara Municipal, pois as contas eram aquilo que eram e o executivo estava a fazer face aos problemas existentes. No que dizia respeito às medidas sociais, concluiu que a autarquia apostou nas medidas de maneira a dar apoio aos munícipes de todo o Concelho de Moura, devido à existência de graves problemas sociais que necessitavam de todo o apoio prestado, frisando que os munícipes eram prioridade para o executivo em funções. -----



----- No que dizia respeito à declaração apresentada pelo eleito Gabriel Ramos, nomeadamente sobre a questão das despesas correntes, o eleito António Gomes referiu que a mesma tinha sido levantada pelos eleitos do Partido Socialista, no anterior mandato, por entenderem que deveria ser um objetivo do executivo tentar reduzir o peso, não de todas as despesas correntes, mas pelo menos dos custos fixos que integravam as respetivas despesas, acrescentando que deveria ser um objetivo devido a ter-se criado uma estrutura de custos na autarquia a qual, após serem pagos todos os custos fixos, determinava aquilo que sobrava para investimentos, o que era muito pouco. Sendo que na altura as despesas correntes eram de setenta e oito por cento, aquilo que se pretendia com a proposta inicial era que, entre o executivo da CDU e a bancada do Partido Socialista, se tentasse encontrar uma solução que fosse favorável às contas do município, de modo a reduzir as mesmas em dez por cento, ou seja, seria reduzir a grosso modo de setenta e oito por cento para setenta e um por cento, o que correspondia a uma redução de dois por cento em cada exercício, em cada ano, mas não tendo havido qualquer entendimento ou negociação por parte do presidente da Câmara cessante acerca da proposta apresentada, acreditava que a redução do volume de custos fixos era uma preocupação do atual executivo, pois era necessário existir uma melhoria da estrutura de custos da autarquia. Seguidamente, transmitiu que não era possível comparar o volume das despesas correntes de dois mil e dezassete, com o volume das despesas correntes de dois mil e dezoito, dado que houve uma alteração significativa na estrutura de custos da autarquia, devido a constatar-se que o Relatório de Contas em apreciação surgia sem reservas e sem ênfases, o que não acontecia com os relatórios dos anos transatos, uma vez que surgiam com reservas, reservas essas que tinham a ver com a não inventariação do património do município, a qual foi suspensa pelo anterior executivo, uma vez que iria penalizar os resultados líquidos e operacionais, aludindo que a partir do momento que a respetiva inventariação era efetuada, a estrutura de custos era alterada, pelo que não era correto tecnicamente realizar-se a comparação. Para finalizar, mencionou que apesar da inventariação estar efetuada, aquilo que se constatava nas contas atuais era que os resultados líquidos, os quais sempre foram extremamente negativos, assim



continuavam, mas com uma ligeira melhoria e uma redução significativa do passivo nas contas da autarquia. -----

----- Relativamente ao Relatório de Contas e de acordo com os números apresentados, o eleito Amílcar Mourão aconselhou a autarquia a negociar a dívida a curto prazo, porque com valores superiores a cento e sessenta mil euros anuais não se conseguia realizar muitas obras. No que dizia respeito ao documento em apreciação e não existindo nenhuma matéria ou questão que colocasse em causa a veracidade das contas apresentadas, referiu que o PSD – Partido Social Democrata iria votar favoravelmente o respetivo documento. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver mais inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- **Deliberado** por maioria, com dezasseis votos a favor e dez abstenções, **aprovar** o “Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, a respetiva avaliação e votação dos documentos de prestação de contas relativas ao ano de 2018, nos termos do disposto no nº 2, do artigo 14º, do Regimento da Assembleia Municipal de Moura”, apresentados pela Câmara Municipal de Moura. -----

----- O Senhor Presidente informou que passariam ao seguinte ponto da ordem do dia. -----

----- 5. Proposta de 1ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2019. (DOC.07/16) -----

----- O Senhor Presidente, no uso da palavra informou que estavam abertas as inscrições. -----

----- O Senhor Presidente verificando não haver inscrições, informou que passariam à votação. -----

----- **Deliberado**, por maioria, com catorze votos a favor e doze abstenções, **aprovar** a proposta de primeira revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento em vigor para o ano de dois mil e dezanove, apresentada pela Câmara Municipal de Moura. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MOURA

APROVAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES EM MINUTA

De acordo com o disposto nos números três e quatro, do artigo 57º, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro, foi elaborada a minuta do texto das deliberações tomadas (**Doc. 08/16**), que depois de lida, submetida à votação e **aprovada por unanimidade**, foi assinada pelo Presidente Francisco Valadas Moreno Cerejo e pela Segunda Secretária, Maria José Machado Canal Gomes.

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

Eram zero horas e cinco minutos, do dia trinta de abril de dois mil e dezanove, quando o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão da qual se lavra a presente ata, que para constar e para os devidos efeitos foi por mim, Carina Patrícia Ceriaco Quintas, funcionária nomeada para o efeito, redigida, sob responsabilidade da Segunda Secretária e que depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e pela Senhora Segunda Secretária.

O Presidente, 

A Segunda Secretária, 